



Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF
Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

CARTA Nº 021/2018/ANSEAF

Brasília-DF, 7 de maio de 2018.

Excelentíssimo Senhor
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA,

Junte-se ao processado do
PLC
nº 13, de 2013.

Em 06/06/18

José Roberto Leite de Matos
Secretário Geral do Poder Executivo

Venho solicitar auxílio de Vossa Excelência para colocar na pauta o PLC 13, de 2013, no Plenário do Senado.

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013 - Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

Obs.: Este PLC 13/2013 (teve origem no PL 7607/2010) que está tramitando há aproximadamente 8 anos – sempre aprovado em todas as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O PLC 13/2013, se aprovado, será lei ordinária, não podendo impedir a contratação pela Administração Pública de qualquer consultoria ou empresa, pois a **Administração Pública tem regulação Constitucional**, afora serem prerrogativas do Poder Executivo: “o interesse público” e “a reserva do possível”.

O PLC 13 de 2013 não tem ônus financeiro. Tem sim valor simbólico. Os “agentes” da infraestrutura e do desenvolvimento do país são os engenheiros, arquitetos urbanistas e engenheiros agrônomos brasileiros. E este PLC sinaliza esta importância ao País.

Atualmente já existem **16 carreiras** que são “Típicas de Estado” como, por exemplo, advogados (que há na Iniciativa Privada e na Administração Pública). Portanto, chegou a hora dos Engenheiros e Arquitetos – tão solicitados pelo povo.

No programa jornalístico da TV Globo se verá a **manifestação da população brasileira** (das mais diversas cidades do Brasil) sobre “QUE BRASIL VOCÊ QUER PARA O FUTURO?” E todos têm respondido “O BRASIL QUE EU QUERO”... Uma resposta a cada 3, ou 2 respostas a cada 5, responde citando alguma





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

necessidade de infraestrutura ou de obra pública ou indicando obra pública paralisada ou incompleta.

A reivindicação do povo tem sido tão expressiva que demonstra claramente o quanto foi desestruturada a Engenharia e Arquitetura na Administração Pública. Pior: o quanto é necessária ao país e o quanto o país tem de desperdício na infraestrutura.

HÁ MAIS DE 100 ATIVIDADES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL QUE INDICAM NECESSIDADES DE SE TER ASSISTÊNCIA DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS, E OUTRAS MAIS DE 50 ATIVIDADES PARA ESTADOS E PARA MUNICÍPIOS QUE TAMBÉM ASSIM EXIGEM. Mas o que vimos nos últimos 40 anos é a desestruturação no Governo Federal e na maioria das unidades da Federação onde sempre houve uma falha nas estruturas destes profissionais. Sempre estamos criando artifícios, criando inúmeras leis e burocracias, mas nunca criamos as estruturas necessárias. E há 4 décadas a produtividade está praticamente a mesma! Saneamento básico foi resolvido na Europa no século XIX e aqui, no Brasil, em pleno séc. XXI, quase metade da população não tem esgoto tratado!

O destino do ser humano é a evolução. **Na Administração Pública também é preciso evoluir na classificação das CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO (simbolismo importante, embora nada em si traz).**

VENHO SOLICITAR A VOSSA EXCELENCIA AUXÍLIO PARA APROVAR O PLC 13, DE 2013, NO PLENÁRIO DO SENADO.

“O FUTURO DO MUNDO DEPENDE DOS ENGENHEIROS”, diz **economista Jeffrey Sachs**. Folha De S.Paulo - 21/11/2017 02h00 – BBC. É dos engenheiros que o mundo precisa para evitar a destruição da biodiversidade, a catástrofe climática e o alastramento da pobreza, afirma o economista Jeffrey Sachs, professor Da Universidade Columbia (EUA). **À frente dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU” - 17 metas assinadas por 195 países para ser cumpridas até 2030**, Sachs tem se dedicado a descobrir como pôr em prática o compromisso firmado em 2015. Fonte: <http://m.folha.uol.com.br/.../1936786-futuro-do-mundo...>

Em entrevista na revista Época de 25.8.2014, o vice-presidente mundial da Google, Mario Queiroz, afirmou que: ***“As autoridades nos EUA são paranoicas em relação a formação de engenheiros. Vivem fazendo comparações com a China e outros países. Não vejo isso no Brasil.”*** Mario Queiroz (que é brasileiro) foi apontado como o quarto profissional mais criativo do mundo, segundo a lista publicada em maio/2014 pela revista americana “Fast Company”.

Embora em contexto de mundo diferentes, ainda assim há algo elementar, básico e imprescindível ao **desenvolvimento de um país (e para se chegar a ser país de 1º**





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

mundo). Até facilmente identificável, basta comparar: país desenvolvido e país não desenvolvido. O desenvolvimento atual é baseado num tripé: infraestrutura, educação e inovação tecnológica (que auxilia no empreendedorismo, na industrialização, no aumento da produtividade), sendo este último subproduto dos primeiros. **Portanto, o binômio “infraestrutura e educação” é a essência do desenvolvimento de uma nação.** Com infraestrutura, educação e inovação tecnológica virão: industrialização, ampliação da oferta de empregos, modernização, desenvolvimento econômico, melhoria da saúde da população, amplas possibilidades para todos... “Navegar é preciso!”

"A História é mãe da verdade, rival do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo ao presente e advertência ao futuro" - Miguel de Cervantes (1547-1616).

Um exemplo ao BRASIL existente na história recente. Por volta do fim da década de 70 (do séc. XX), Brasil e China tomaram decisões diferentes: a China resolveu ampliar seus quadros de Engenheiros, investir em infraestrutura e no Brasil houve a desestruturação da Engenharia na Administração Pública. A China ocupava o 32º lugar entre as nações de maiores PIB. O PIB da China equivalia aprox. 1,5 vezes o PIB do Brasil. Atualmente a China que é a 2ª economia no PIB, poderá ser a 1ª economia mundial, tendo o maior PIB. Já o Brasil está entre a 7ª e 10ª economia mundial medida em PIB; mas o PIB da China equivalerá aprox. 6,4 vezes o PIB do Brasil. Medido em paridade de poder de compra, nosso produto por habitante no fim de 2013 correspondia a 28% do valor americano – apenas 3 pontos acima do que era em 1998. No mesmo período de 15 anos, a China ganhou 15 pontos (fonte: revista Exame de nov/2014). Notas: a) observo que não estou propondo seguirmos o modelo econômico chinês, mas sua inteligente proposição pelos investimentos em infraestrutura pela multiplicação dos fatores que induz ao crescimento econômico; b) outro aspecto importante, que muitos indicam erroneamente: dizem que a China investiu em educação; mas não foi bem assim, a educação foi um processo gradual que acompanhou a construção da infraestrutura, e também foi por esta induzida, é que foi a infraestrutura que fez o povo necessitar de mais instrução e mais alimento; daí à China ter feito investimentos em educação e alimentos, por indução da necessidade de construir a infraestrutura (que desenvolveu o País) - há um processo de retroalimentação entre tais fatores.

ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?

Em artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo (em 27/08/2012), sob o título **“Onde estão nossos engenheiros?”**, o ex-ministro e professor Dr. Bresser-Pereira (1) expôs a importância para o país dos Engenheiros.

Nota 1: **Bresser Pereira é o autor da EC 19 que criou as “CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO.”** Que nada tem a ver com o Regime Jurídico Único (= Lei 8.112/90) –





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

que também sofreu muitas alterações, inclusive algumas por iniciativa parlamentar (desde que não trate de recursos orçamentários).

“ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?”

Falta capacidade de formulação e de gestão de projetos ao governo federal. Ou, em outras palavras, porque **faltam engenheiros no Estado brasileiro.**

Há advogados e economistas de sobra, mas **faltam dramaticamente engenheiros. Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil não devem somar nem mesmo 10%.**

Observação nossa: em verdade são menos de 1% em atividade, e se observados os aposentados e os pensionistas são menos de 2% - vide números do Ministério do Planejamento e do site Transparência Brasil.

Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no governo, **é a engenharia.** Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução.

Mas isto foi esquecido no Brasil...

A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980...

Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje. Eu tinha uma intuição do problema e, por isso, planejei realizar concursos parciais para a carreira de gestores públicos que seriam destinados a engenheiros na medida em que as questões seriam de engenharia, mas acabei não levando a cabo o projeto.

Quando o governo Lula formulou o PAC, reconheceu que os setores monopolistas necessitavam de planejamento, mas não tratou de equipar o Estado para que os projetos fossem realizados. Agora o problema está claro. Fortalecer a engenharia brasileira nos três níveis do Estado é prioridade.

O Brasil e seu Estado precisam de engenheiros. De muitos. Vamos tratar de formá-los e prestigiá-los.”

Nota 2: (1) Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro da Fazenda, ministro da Administração, ministro Administração e Reforma do Estado e ministro da Ciência e Tecnologia; é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da "Revista de Economia Política" desde 2001.

“Nós não podemos entender onde estamos indo sem um entendimento de onde estivemos.” (Douglass North - economista prêmio Nobel de 1993)

PRÊMIO NOBEL DOUGLASS NORTH

Precisamos de instituições fortes, regras claras e mais duradouras. Douglass NORTH – Prêmio Nobel de Economia – fez estudos que comprovaram (e ele ganhou um Nobel por estes estudos) a importância das Instituições para o





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

desenvolvimento econômico de longo prazo na história econômica de cada sociedade. Para North, teria sido precisamente a fragilidade de suas instituições, desde os processos de Independência, o que teria bloqueado – para países com amplos recursos naturais como o Brasil, México e Argentina – a possibilidade de que estes viessem a se tornar nações ricas como os Estados Unidos da América, nação extraordinariamente fortalecida no aspecto institucional. Vale também lembrar o diagnóstico de North para a história dos países da América Latina, que desde a época colonial teriam apresentado uma tendência da personalização das relações comerciais entre indivíduos, afastando estas sociedades da criação de mecanismos formais eficientes (isto é, do fortalecimento institucional). Em síntese interpretativa, as instituições melhoram as relações de trocas e diminuem os desperdícios (que são custos).

A eficácia organizacional deve ser focada no desenvolvimento de soluções que permitam alinhar estratégias, estruturas organizacionais e processos de trabalho. A profissionalização dos servidores da Administração Pública é um desafio histórico, inescapável, permanente e contemporâneo.

A ciência, as técnicas e as práticas de Engenharia, de Arquitetura Urbanismo e de Agronomia precisam ser consideradas relevantes quer pelos governantes quer pela iniciativa privada e também pelas elites do país que detém o poder político e econômico.

Espero contar com sua sensibilidade para as soluções necessárias ao País e sua inteligência para avançar na estruturação da Administração Pública de forma eficaz para corrigir o que é necessário pelo bem do futuro da Nação.

Precisamos lutar por um país melhor para todos.

Recorremos a Vossa Excelência para APROVAR o PLC 13 DE 2013.

Segue em anexo: **50 razões para aprovar o PLC Nº 13 de 2013** – nas opiniões de autoridades públicas (ou ex-autoridades) e especialistas...

Respeitosamente,

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**
Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal – **ANSEAF**

PS.:





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

"Eventualmente a sociedade precisa de um advogado ou de um economista ou de um sociólogo. MAS de um engenheiro agrônomo a sociedade (todos do povo) precisa muitas vezes ou várias horas por dia e em todos os dias. Do pedinte que pede um pedaço de pão (que leva o trigo produzido por agricultores com as técnicas e ciência do engenheiro agrônomo) até os grandes homens da humanidade neste nosso planeta, todos tiveram em seus cafés da manhã produtos como frutas, café, leite, pão, geleia, etc todos produzidos, criados e melhorados por técnicas agrônômicas. E no almoço, e logo depois no Jantar, lá também terá os produtos que foram cultivados e colhidos com as técnicas, com as práticas e com a ciência do engenheiro agrônomo. Queria ver hoje um Prêmio Nobel da Paz ou um prêmio Nobel de Literatura passar o dia sem comer ou sem ingerir qualquer coisa que tem sido produzido sem a participação da ciência e das técnicas do engenheiro agrônomo; e o mesmo vale para os reis, os milionários ou qualquer outra pessoa. Por exemplo: trigo, vinho e café, consumidos no mundo todo precisam das técnicas e da ciência dos engenheiros agrônomos." - Eng. José Vieira

"Saber exatamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo." - Victor Hugo



50 RAZÕES PARA APROVAR O PLC Nº 13 DE 2013

– NAS OPINIÕES DE AUTORIDADES PÚBLICAS (OU EX-AUTORIDADES) E ESPECIALISTAS...

*“Sementes de ontem, frutos de hoje.
Sementes de hoje, frutos de amanhã.”*

O **PLC 13 de 2013** está para ir a votação no Plenário do Senado Federal. **Este PLC não tem ônus ao Governo Federal**, mas é uma sinalização pela valorização simbólica destes profissionais.

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, (nº 7.607 de 2010, na origem), do Deputado José Chaves, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como "essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos, ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal".

RAZÕES PARA APROVAR O PLC Nº 13 DE 2013 – NAS OPINIÕES DE AUTORIDADES PÚBLICAS (OU EX-AUTORIDADES PÚBLICAS) E REPRESENTANTES DE ENTIDADES IMPORTANTES:

1. "O FUTURO DO MUNDO DEPENDE DOS ENGENHEIROS", DIZ ECONOMISTA JEFFREY SACHS (da ONU)

À frente dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, o economista tem se dedicado a descobrir como pôr em prática o compromisso firmado em 2015

Por Ana Estela de Sousa Pinto - Folha de S. Paulo - 21/11/2017 18:38

Trabalho decente, educação de qualidade, fome zero, inovação industrial e consumo responsável são alguns dos **17 objetivos** que **deveriam ser alcançados até 2030**, segundo **documento assinado por 193 membros da ONU (Organizações das Nações Unidas)**.

Para **Sachs**, diretor da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o mais urgente é o **13: ação contra a mudança global do clima**.



"Estamos próximos de mudanças irreversíveis e gravíssimas. Há até quem ache que já ultrapassamos o limiar. E as consequências serão parecidas com as de uma guerra nuclear."

A missão de tornar reais as ideias precisa passar das mãos dos diplomatas para a dos engenheiros, segundo ele, porque o que falta são sistemas para operacionalizar o conhecimento.

"Engenheiros, porém, costumam ser contratados para dar lucro", observou em entrevista após a palestra.

Para **Sachs**, as **soluções de engenharia** terão que ser financiadas por governos, filantropos e impostos sobre as empresas e as pessoas mais ricas. "Precisamos olhar para o desenvolvimento sustentável não apenas como uma atividade orientada pelo mercado, mas para o bem social e o interesse público."

Das pranchetas dos engenheiros, ele espera que saiam cinco grandes transformações:

[1] DAS FONTES DE ENERGIA, acabando com o uso de petróleo e carvão;

[2] DO USO DA TERRA, produzindo alimentos sem destruir a biodiversidade, esgotar ou poluir as fontes de água e o solo;

[3] DAS CIDADES, preparando-se para receber bilhões de novos moradores;

[4] DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, fornecendo saúde e educação de qualidade para todas as pessoas e das sociedades; e

[5] TREINANDO E EDUCANDO AS PESSOAS para que se adaptem a um mundo de profunda inovação tecnológica. Há o risco de tecnologias elevarem a desigualdade.

O economista defendeu também **planejamento** que conduza a força bruta do mercado, comentou "acidentes eleitorais" a que estão sujeitos "países presidencialistas como **EUA e Brasil**".

Sachs tem atuado como assessor especial dos três últimos secretários-gerais da Organização das Nações Unidas (ONU): Kofi Annan, Ban Ki-Moon e o atual António Guterres.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/11/1936786-futuro-do-mundo-depender-dos-engenheiros-diz-economista-jeffrey-sachs.shtml>



2. Senadores e seus argumentos (ainda em 2014)... Senadores: Romero Jucá, Marcelo Crivella, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda.

CCJ – SENADORES DISCUTEM A MATÉRIA (PLC 13 DE 2013) EM VOTAÇÃO:

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - “Essa matéria já foi discutida aqui e vai ao encontro, exatamente, de uma vontade nacional, que é o fortalecimento das carreiras técnicas do serviço público: a carreira do engenheiro, do arquiteto, do engenheiro agrônomo. São extremamente importantes e relevantes, tanto que o Governo tem estimulado diversos programas no sentido de estimular as escolas de engenharia e o número de engenheiros a serem formados pela necessidade de construirmos, inclusive, a infraestrutura no Brasil.

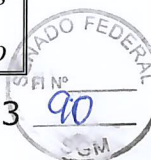
Essa matéria pretende fazer com que engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, quando realizarem, quando forem profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público estadual, federal ou municipal, sejam consideradas atividades essenciais, exclusivas de Estado, com o mesmo tipo de tratamento que tem os servidores da Receita Federal, os advogados da AGU, ou seja, é uma equiparação exatamente justa, no sentido de que profissionais extremamente relevantes para a construção tenham o mesmo tratamento já dado a diversos setores dentro da Administração Pública.”

Senador Romero Jucá – em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB - RJ) – “Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ressaltar um detalhe importante. O Supremo Tribunal Federal diz que o Estado deveria interferir em três profissões: uma que lida com a vida, que é a saúde; outra que lida com a garantia da vida, que é a construção, a engenharia civil, a arquitetura, porque obras mal feitas causam desastres tremendos; e outra é a saúde.

Nós estamos fazendo aqui hoje uma espécie de ato político. Várias vezes nós aprovamos aqui projetos que sabemos que não vão prosperar na Câmara dos Deputados, porque são apenas indicativos; mas o fazemos, porque somos uma Casa política.

Na questão da engenharia especificamente, para V. Ex^a ter uma ideia, no meu Estado do Rio de Janeiro, hoje, uma empresa é contratada para fazer uma obra e outra empresa é contratada para fazer a medição da obra, porque não há engenheiros suficientes. Há trinta anos, eu era engenheiro do Estado do Rio de Janeiro. Nós éramos 1200 engenheiros; hoje são 400 apenas, a maioria se aposentando. Não há concurso público. E as medições feitas por uma outra empresa causam prejuízos ao Erário, porque há interesses, é claro, é óbvio. Não há um engenheiro de carreira, não há ali um servidor público. O Tribunal de Contas do Estado determinou que a assinatura das medições fosse por um engenheiro do Estado, mas as medições não podem ser feitas, porque as obras são muitas, no País inteiro – o



Governador do Mato Grosso vai se deparar com isso –, e nós não temos uma carreira de Estado para incentivar esses profissionais. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, era para concluirmos a nossa Rodovia do Contorno em 2009, e só concluímos este ano, em 2014, atrasando cinco anos. Não foi por falta de recursos, não; é porque nós não tínhamos engenheiros públicos para assinar os processos de desapropriação. Esses precisam ter um agente público.

Essa desestruturação atrasa muito a nossa infraestrutura, prejudica o crescimento, causa corrupção enorme. Imagina V. Ex^a um prédio, por exemplo, que está previsto ser pintado com tinta acrílica. Ora, dois profissionais que não têm compromisso com o Estado podem dizer o seguinte: vamos misturar na fachada desse prédio, que vai 5 mil galões, metade PVA e metade acrílica. Quem vai descobrir, Sr. Presidente? Sete anos depois, quando essa fachada, exposta ao sol e à chuva, estiver toda manchada. É um prejuízo enorme ao povo brasileiro e ao Erário.

De tal maneira que nós sabemos que há vícios, mas o assunto é tão relevante e importante, que eu vou votar favoravelmente, para que o Governo desperte que é necessário haver uma carreira. Obra pública precisa ter engenheiro público, com espírito público, com carreira de Estado, senão nós vamos terminar com prejuízos, eu diria, inestimáveis, Sr. Presidente. (Palmas.) “

- Em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE) – Presidente,...

Então, Sr. Presidente, acho que vale até, como disse o Senador Crivella, pelo efeito ou simbolismo da sua aprovação, reconhecendo que os engenheiros, de um modo geral – eu conheço a situação no meu e de outros Estados –, recebem salários ou remuneração irrisórios, humilhantes, aviltantes... Este projeto que estamos aprovando aqui... Já dá um recado aos Governos no sentido de que respeitem esses profissionais...

- Em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal

Também na CCJ em 5.11.2014:

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria a atenção dos nobres Senadores e Senadoras para fazer aqui três observações.

A primeira delas: nós estamos aqui discutindo um projeto que não é inconstitucional. Aliás, esse projeto já passou na Câmara dos Deputados, está aqui, em última instância como terminativo, e vai à sanção da Presidente.

O que esse projeto diz? Na verdade, esse projeto é uma sinalização política e técnica. Esse projeto não impinge qualquer tipo de despesa a Estados, Municípios ou União. Qualquer acréscimo de salário terá de ser fruto de uma lei específica para ser discutida. Mas o que diz o projeto? Primeiro, os ocupantes de cargos efetivos no serviço público – portanto, os



servidores concursados que estão atuando no sentido de fazer a sua profissão —, nesse caso, os servidores efetivos que estão atuando, as atividades deles estão sendo reconhecidas como essenciais e exclusivas, porque o são. Na verdade, o atesto de uma obra não pode ser feito por outra pessoa, a não ser o engenheiro especificamente definido para isso. Então, o que se está reforçando aqui é o papel funcional, profissional de servidores que são extremamente importantes e que não têm esse reconhecimento...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – *Já existe a obrigação, mas não há o reconhecimento.*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – *Já existe a obrigação, mas não há, no papel, o reconhecimento técnico e político da sua grandeza, da sua atuação.*

Não estamos aqui tratando de aumento de salário, não estamos tratando aqui de diferenciação de categorias. Estamos dizendo que quem é efetivo, quem é engenheiro tem um papel essencial e que a sua atividade tem que, efetivamente, ser considerada exclusiva e, portanto, não pode ser feita por outras pessoas em detrimento... O que é função do engenheiro não pode ser feito por um técnico em engenharia, por exemplo, ou por um técnico em agrimensura, e por aí vai.

Na verdade, isso aqui é uma sinalização, uma explicitação política da prioridade que se tem de dar a engenharia, arquitetura e agronomia em nosso País. É só isso. A discussão de ampliação de salário vai depender da alçada municipal, da alçada estadual e da alçada federal. Isso depende de lei específica, e a legislação é clara quanto a isso.

Agora, se nós pudermos fazer esse gesto e encaminharmos a matéria para sanção, acho que o Congresso deveria fazê-lo, e eu voto para que seja feito. Se houver veto da Presidência da República, o Congresso tem 30 dias para apreciá-lo. E se houver veto da Presidente da República, eu vou trabalhar para derrubar esse veto, porque isso é prioridade para a construção do País, independentemente de qualquer Governo.

Portanto, Sr. Presidente, feitos esses esclarecimentos técnicos, não há inconstitucionalidade, não há qualquer tipo de quebra de hierarquia estadual, municipal ou federal. Portanto, pela valorização dos técnicos e profissionais da engenharia e da arquitetura no Brasil, eu peço o voto "sim", Sr. Presidente.

Fonte: notas taquigráficas do Senado referente a CCJ em 5.11.2014

3. ENTREVISTA: Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Bradesco. **"O Brasil é um país que precisa se reconstruir"**. Executivo diz que bancos terão de participar do ajuste de consumidores e empresas, para cortar 'na raiz a



evolução de crises'; **infraestrutura é precária**, mas bancos têm liquidez para participar do processo de modernização.

ESTADÃO - Aline Bronzati - **02 Fevereiro 2017** | 22h38.

Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,o-brasil-e-um-pais-que-precisa-se-reconstruir,70001651348>

Luiz Carlos Trabuco Cappi é o presidente do banco Bradesco, 2º maior banco de patrimônio líquido e o 2ª maior banco privado em ativos do Brasil. Em 2015, foi considerado o Empreendedor do Ano na categoria finanças, pela revista Isto É Dinheiro.

4. Em entrevista na revista Época de 25.8.2014, **o vice-presidente mundial da Google, Mario Queiroz**, afirmou que: *"As autoridades nos EUA são paranóicas em relação a formação de engenheiros. Vivem fazendo comparações com a China e outros países. Não vejo isso no Brasil."*

Mario Queiroz (que é brasileiro) foi apontado como o quarto profissional mais criativo do mundo, segundo a lista publicada em maio/2014 pela revista americana "Fast Company".

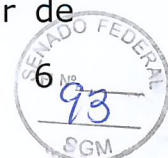
5. EMBRAPA, 45 ANOS, FOCADA NO FUTURO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

EMBRAPA COMEMOROU 45 ANOS.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desde a sua criação, assumiu o desafio: desenvolver, em conjunto com parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no Brasil.

Esse esforço ajudou a transformar o nosso País. Hoje a nossa agropecuária é uma das mais eficientes e sustentáveis do planeta. Incorporamos uma larga área de terras degradadas dos cerrados aos sistemas produtivos. Uma região que hoje é responsável por quase 50% da nossa produção de grãos. Quadruplicamos a oferta de carne bovina e suína e ampliamos em 22 vezes a oferta de frango. Essas são algumas das conquistas que tiraram o País de uma condição de importador de alimentos básicos para a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais.

EMBRAPA 45 ANOS. Na solenidade de comemoração dos 45 anos da Embrapa, o **presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes**, lembrou a época em que a Empresa foi criada, em 1973, quando o país era importador de



alimentos e que foi capaz de se tornar, nos últimos 20 anos, grande exportador, com um mercado de mais de 170 países consumidores. "Sabemos dos resultados dessa jornada. É no dia a dia e também nos meios de comunicação que acompanhamos os efeitos da contribuição conjunta de produtores, técnicos, cientistas, parceiros dos setores públicos e privados, para essa grande agricultura brasileira", destacou. Uma contribuição, segundo Lopes, que se reflete na qualidade e diversidade de alimentos presentes à mesa dos brasileiros, no menor custo da cesta básica, em uma agricultura mais conectada com o meio ambiente, mais competitiva e que gera mais divisas para o Brasil. Ao final da cerimônia, a **SENADORA ANA AMÉLIA** rendeu homenagem ao pesquisador Eliseu Alves, um dos fundadores da Embrapa, lembrando que ele foi um dos responsáveis pela semente que deu origem à Empresa. "O sucesso não acontece por acaso. União do setor privado com o setor público, sem nenhum tipo de preconceito, trabalhando em nome do Brasil, não apenas dos agricultores: esse foi o grande segredo que fez a Embrapa chegar à sua maturidade com excelência e sucesso que é reconhecido por todo o mundo e que nos orgulha a todos".

6. Presidente da República Michel Temer comemora na Embrapa reconhecimento internacional "Brasil Livre da Aftosa"

Na semana em que o Brasil comemora o reconhecimento internacional por se tornar um país livre da febre aftosa para a pecuária, o presidente da República Michel Temer anunciou a intenção do governo federal de ampliar o mercado brasileiro da carne para mercados que remuneram melhor pelo produto exportado, como o Japão e outros países da Ásia. Temer participou hoje (5), na Embrapa, do evento de lançamento do selo "Brasil Livre da Aftosa", emitido pelos Correios

O presidente Temer ressaltou a contribuição de instituições públicas como a Embrapa para o desenvolvimento do País.

"Este selo simboliza a excelência da nossa carne, da nossa agropecuária e dos serviços brasileiros de inspeção sanitária", destacou o presidente da República. O Presidente Temer falou também sobre a importante trajetória de contribuição da Embrapa para a pesquisa agropecuária, "um orgulho para o governo e para o povo brasileiro".

Fonte: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/33191280/temer-comemora-na-embrapa-reconhecimento-internacional-brasil-livre-da-aftosa>

7. Presidente da República (à época) Dilma Rousseff:

"Agora, afirmou a presidente, é a hora de buscar a produtividade, uma pré-condição para nos tornarmos um país de média e alta renda. Somos um país que formava mais advogados que engenheiros. Advogado é custo, engenheiro é produtividade, disse a presidente..."

(Fonte: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/nao-existe-risco-juridico-no-brasil-diz-dilma>)



8. Senador **Fernando Collor** (PTB-AL) – ex-Presidente da República – Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado – à época - em discurso de 31/março/2014 – no Plenário do Senado.

“A demanda por serviços no Brasil vem aumentando. Assim, rodovias, portos, mobilidade urbana, saneamento básico e matriz energética são setores que precisam de investimentos urgentes. Sem transporte, a economia não anda. Sem energia e combustível, ela se apaga e para. Da mesma forma que sem telecomunicações, ela se cala. E sem saneamento, ela adoece.”

9. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (à época), Aloízio Mercadante:

*“valorizar a área é estratégico para o país. **A engenharia é o oxigênio da inovação**, uma área vital para a construção de um país moderno, justo e sem pobreza”, afirma o ministro.*

(Fonte: <http://www.aesbe.org.br/conteudo/4806>)

10. Ministro da Educação (à época), Aloizio Mercadante:

*“**Para crescer, o Brasil precisa de mais engenheiros, não advogados**”. “Nós temos um excesso de advogados. **Quando um país começa a crescer, precisa de engenheiros**”.*

Fonte: Revista Consultor Jurídico, 9 de abril de 2013.

11. Ex-Deputado Federal Henrique Alves (na época Presidente da Câmara dos Deputados):

*“Hoje é consenso entre as autoridades, **não se pode prescindir dos engenheiros para promover o crescimento**. Muitos países já se deram conta disso, Japão e Estados Unidos registram 17 engenheiros por mil habitantes, enquanto no Brasil esse índice é de 1,47 engenheiros”.*

*“O presidente da Câmara garantiu que dará prioridade aos PLs de interesse da área tecnológica, sobretudo o que torna a **engenharia carreira de Estado**”.*

(Fonte: Audiência Pública na Câmara dos Deputados em 11/dez/2013)

12. Senador da República e ex-Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho:

“Estou aqui para dizer do meu apreço pela classe. Tive oportunidade de contar com os engenheiros quando prefeito de Natal e governador do Rio Grande do Norte na construção de obras que não teriam sido construídas se não fosse o empenho deles”. Para o ministro, “é uma injustiça o engenheiro prestar tanto serviço e ainda não ser carreira de Estado”.

*“**A tipificação dessas profissões em carreiras de Estado está para acontecer. Vai se fazer justiça aos engenheiros do Brasil**”. E finalizou pedindo: “deixe aos engenheiros o que é dos engenheiros”, e foi aplaudido de pé por alguns minutos.*

(Fonte: Audiência Pública na Câmara dos Deputados em 11/dez/2013)



Garibaldi defende carreira de Estado para engenheiro

“O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, defendeu a necessidade de as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, ocupantes de cargo no serviço público federal, estadual e municipal, serem caracterizadas como essenciais e exclusivas de Estado. Ele expôs sua opinião durante sessão solene promovida pela Câmara dos Deputados... Garibaldi Alves Filho destacou que ao exercer os cargos de prefeito de Natal e governador do Rio Grande do Norte contou com a colaboração dos engenheiros para concluir, com êxito, várias obras em benefício da população.

“Esse é um dos motivos para eu achar uma injustiça o engenheiro ter prestado tantos serviços e ainda não ser uma carreira de estado... Então, vai se fazer justiça aos engenheiros do Brasil”, declarou o ministro da Previdência.” (Fonte: **Tribuna do Norte**, 12 de dezembro de 2013)

13. Ex-Deputado Federal José Chaves (PTB-PE) - autor do PL 7607/2010 (origem do PLC 13):

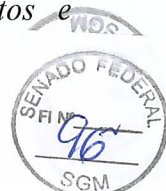
“JUSTIFICAÇÃO:

As mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, conhecida como a Emenda da Reforma Administrativa, produziram significativas conseqüências na administração pública brasileira. Foi essa Emenda que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado”, ou ainda “carreira típica de Estado” que, devido à relevância a ela atribuída, mereceria tratamento constitucional específico. A presente proposição visa garantir aos profissionais da Engenharia e da Arquitetura nacional a condição de carreira típica de Estado, por ser medida justa e merecida. Em todas as atividades da economia nacional, é insubstituível a presença desses profissionais. A participação deles tem mudado a feição do País, ao planejar e executar as mais importantes obras de transformação das cidades, no campo da hidroeletricidade e na própria interiorização do progresso. As repercussões dessa presença e atuação mudaram o Brasil, dando-nos condições de perseguir uma nação mais justa, com um Estado forte e hegemônico. Engenheiros e arquitetos formam, afinal, as bases sólidas onde se apoiam os estados e sobretudo a União Federal.”

(fonte: requerimento de apresentação do PL 7607/2010 na Câmara dos Deputados)

14. Deputado Federal Augusto Coutinho (Solidariedade - PE) – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, Agronomia e Arquitetura:

“Não há como negar a importância dos profissionais de que trata o projeto para o desenvolvimento nacional e, em especial, para a realização das grandes obras de infraestrutura que viabilizam o crescimento econômico. Considero ser de integral justiça, portanto, reconhecer como exclusivas de Estado as atividades levadas a cabo por engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, no âmbito do Poder Executivo federal, estadual e municipal...”



(Fonte: Parecer do Relator na CTASP/Câmara dos Deputados)

15. Ex- Deputado Federal Edson Silva (PSB-CE):

“...voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 7.607, de 2010, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público”. (Fonte: Parecer do Relator na CCJC/Câmara dos Deputados). Obs. O PL 7607/2010 é o atual PLC 13/2013.

16. Deputada Federal Gorete Pereira (PR-CE):

“Não há dúvida de que se cuida de iniciativa de extrema relevância. Quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao trâmite regular das proposições nesta Casa, merece registro que as acima discriminadas e ora em análise por este Órgão Colegiado observam as exigências para o seu regular processamento.

Com efeito, a par de competir a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional a iniciativa legislativa sobre a matéria objeto das proposições (ex vi art. 61, caput, da C.F.), essa não conflita com quaisquer princípios ou regras da Constituição da República, estando, ainda, em perfeita adequação com o ordenamento infraconstitucional vigente.

Lado outro, o Substitutivo da CTASP, ao delimitar quando as atividades dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos serão consideradas essenciais e exclusivas do Estado, é quem melhor observa o prescrito pela Lei Complementar n.º 95/98, alterada pela Lei Complementar n.º 107/01... voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 7.607, de 2010, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.” (Fonte: Parecer da Relatora na CCJC/Câmara dos Deputados)

17. Senadora Ana Amélia (PP-RS):

“Compete a esta Comissão analisar o mérito da iniciativa, sem dúvida digna de elogios por seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso de um país. Sem o trabalho valoroso dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, o desenvolvimento econômico seria impensável, e as políticas públicas, todas voltadas em última instância para o bem-estar social, não poderiam ser levadas a efeito.

Se voltarmos o pensamento para a construção de um futuro mais próspero, precisamos cada vez mais contar com esses profissionais, responsáveis pela edificação de uma infraestrutura que permite o desenvolvimento em todos os sentidos, incluída a sustentabilidade e todas as políticas com vistas a levar o Brasil a se tornar um país de primeiro mundo.



Tendo em vista a grandeza do trabalho desses especialistas, torna-se de inteira justiça enquadrar a atividade desses profissionais como carreiras típicas de Estado. Com essa caracterização, poderão eles contar com proteções especiais a serem garantidas em lei, resultando em mais segurança e tranquilidade no exercício de suas tarefas, sem dúvida, altamente relevantes para o desenvolvimento do País.

Sem o trabalho preeminente dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza e o estabelecimento de políticas públicas promotoras do bem comum seriam impossíveis. No âmbito desta Comissão, portanto, o projeto merece acolhida.” (Parecer da Relatora na CAS/Senado)

18. Senador Romero Jucá (PMDB-RR):

“O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Deputado José Chaves, tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194 de 1966, para determinar que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.

A citada Lei regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, e seu art. 1º define suas características.

A justificação da proposta menciona a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado” para caracterizar algumas carreiras especiais, que não encontram similar em outros setores, para as quais devem ser encerradas algumas garantias distintas dos demais servidores. Na visão do autor do projeto, as carreiras de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo devem ser assim consideradas, pois sua presença é insubstituível em todas as atividades da economia nacional.

O Projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e teve como Relatora a Senadora Ana Amélia, que defendeu a medida pelo seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso do país.

II – ANÁLISE

O projeto merece acolhida no âmbito desta Comissão, por se mostrar compatível com os dispositivos constitucionais relativos aos servidores públicos, e em especial com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que reconheceu a necessidade de proteger de maneira singular os agentes que exercem funções insubstituíveis na administração do Estado.

Não cremos que seus termos ferem a questão da iniciativa reservada ao Chefe da Nação, pois o que se pretende é tão somente enquadrar os referidos servidores entre aqueles que desenvolvem serviços típicos de Estado. Com essa medida, o projeto valoriza profissionais cujo trabalho é imprescindível para o desenvolvimento econômico e para o bem estar da sociedade. Nesse sentido,



consideramos a proposição afinada com os postulados magnos que buscam aprimorar a administração pública, cuja eficiência é um dos princípios que devem ser alcançados pelos Poderes de todos os entes federativos, de acordo com o art. 37 da Lei Maior.

Como bem ressalta o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto é altamente meritório, pois é o trabalho dos citados profissionais aquele que mais possibilita a edificação de estruturas condutoras do desenvolvimento nacional, entre as quais se destaca a sustentabilidade e as políticas públicas tendentes a levar o Brasil a figurar como país de primeiro mundo.

Pensamos, ainda, que o projeto não apresenta incongruência com nenhuma norma infraconstitucional vigente, e mostra-se redigido em boa técnica legislativa. Portanto, nada há que desaconselhe sua aprovação.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013.

(Fonte: Parecer na CCJ/Senado - SF/13831.38625-47)

19. Ex-Ministro Bresser Pereira:

*“Em artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo (em 27/08/2012), sob o título **“Onde estão nossos engenheiros?”**, o ex-ministro e professor Dr. Bresser-Pereira (1) expôs a importância para o país dos Engenheiros.*

“Onde estão nossos engenheiros?”

Dada a necessidade premente de investimentos na infraestrutura, o governo Dilma decidiu conceder à iniciativa privada os principais aeroportos brasileiros, e, em seguida, estradas de rodagem e ferrovias.

Não há garantia de que os serviços passem agora a ser realizados com mais eficiência. O mais provável é que custarão mais caro, porque as empresas terão condições de transferir para os usuários suas ineficiências e garantir seus lucros.

Por que, então, a presidente Dilma Rousseff tomou essa decisão? Não foi porque faltem recursos financeiros ao Estado, já que caberá ao BNDES financiar grande parte dos investimentos. Nem porque acredite na "verdade" de que a iniciativa privada é sempre mais eficiente.

Não obstante, foi uma decisão correta, porque falta capacidade de formulação e de gestão de projetos ao governo federal. Ou, em outras palavras, porque faltam engenheiros no Estado brasileiro.

Há advogados e economistas de sobra, mas faltam dramaticamente engenheiros. Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil não devem somar nem mesmo 10%.



Observação nossa: em verdade são menos de 1% em atividade, e se observados os aposentados e os pensionistas são menos de 2% - vide números do Ministério do Planejamento e do site Transparência Brasil.

Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no governo, é a engenharia. Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução.

Mas isto foi esquecido no Brasil...

A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980...

Há quatro setores no governo: jurídico, econômico, social e de engenharia. Ninguém tem força para desmontar os dois primeiros; seria possível desmontar o setor social, mas, com a transição democrática e a Constituição de 1988, ele passara a ser prioritário. Restava o setor de engenharia --foi esse o setor que se desmontou enquanto se privatizavam as empresas.

Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje. Eu tinha uma intuição do problema e, por isso, planejei realizar concursos parciais para a carreira de gestores públicos que seriam destinados a engenheiros na medida em que as questões seriam de engenharia, mas acabei não levando a cabo o projeto.

Quando o governo Lula formulou o PAC, reconheceu que os setores monopolistas necessitavam de planejamento, mas não tratou de equipar o Estado para que os projetos fossem realizados. Agora o problema está claro. Fortalecer a engenharia brasileira nos três níveis do Estado é prioridade.

O Brasil e seu Estado precisam de engenheiros. De muitos. Vamos tratar de formá-los e prestigiá-los."

Nota: Destacamos sublinhando (e na última frase: utilizamos negrito).

(1) Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro da Fazenda, ministro da Administração, ministro Administração e Reforma do Estado e ministro da Ciência e Tecnologia; é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da "Revista de Economia Política" desde 2001.

20. Autoridades representantes do Sistema CONFEA-CREAS-MUTUA; representantes do sistema sindical FNE-FISENGE-SENGES e representantes das Entidades Associativas de Servidores Públicos de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos.

Todas são unânimes no apoio ao PLC 13/2013, pois dizem que é preciso o Brasil reconhecer a importância destes profissionais para a construção da infraestrutura, da logística, de novas



tecnologias e inovações, de melhorar a produtividade do trabalhador, de resolver os problemas das cidades e da sustentabilidade ambiental, entre muitos outros...

21. A Ex-Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no seminário Investimento Público: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável, afirmou: *“A universalização do acesso aos serviços básicos como água, energia, saneamento e meios de comunicação é o objetivo dos investimentos em infraestrutura como parte de uma estratégia de inclusão social e econômica da população”*.

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=8565&cat=528&sec=64>

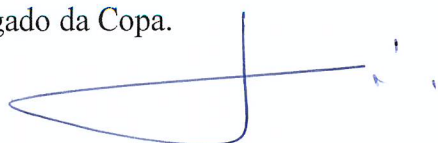
22. PRESIDENTE DO TCU (à época) VÊ PROBLEMA DE GESTÃO E CRITICA ATRASOS NAS OBRAS. AUGUSTO NARDES fala sobre falhas identificadas pelo Tribunal na execução das obras da Copa: "O evento será realizado em meio a obras de infraestrutura inacabadas."

Por Fabrício Marques e Vicente Seda - Brasília e Rio de Janeiro - 02/06/2014 – G1

Mudanças nos projetos, atrasos, aumento nos custos. Boa parte das obras públicas para a Copa do Mundo foi marcada por problemas de execução. Dificuldades que, para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, não são exclusividade dos preparativos para o Mundial. Segundo o ministro, trata-se de um problema de gestão que afeta todos os níveis de governança do país: União, estados e municípios. Ele detalhou ainda os problemas de sobrepreço encontrados pelo órgão fiscalizador e apontou as falhas de planejamento como uma das principais causas para o atraso de obras e aumento de custos.

23. A causa que antecede "falhas de planejamento" é a precariedade da engenharia pública. Nada vai fazer melhorar de forma satisfatória a gestão e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia sem que haja estruturação, profissionalização e valorização da engenharia pública. Eng Mauro Henrique Sá de Carvalho – Ex-Vice-Presidente da ANSEAF.

24. Fazendo referência à recente Lei Anticorrupção, o presidente do Sinaenco finalizou sua apresentação lembrando que o projeto completo de engenharia serve como uma verdadeira vacina anticorrupção, pois é o instrumento que define o prazo e o custo da obra. “Com o projeto na mão, quem contrata sabe o que está contratando e quem é contratado sabe o que entregar. Além de uma vacina anticorrupção, funciona como uma apólice de seguro para quem entra na licitação, pois ele permite o total controle sobre o que está sendo construído”, destacou Bernasconi. Audiência Pública no Senado sobre legado da Copa.



25. Do “Atalho para malfeitos” - artigo de Sérgio Magalhães publicado na Folha de S.Paulo de 26/04/14 – destacamos:

“...

Nas décadas de inflação era difícil superar a lógica da premência: qualquer coisa agora é melhor do que nada amanhã. Os incipientes sistemas públicos de planejamento e de gerenciamento de obras foram esvaziados.

Com a estabilidade e o crescimento econômico afloraram as demandas reprimidas e outras tantas se apresentaram. Mas, o serviço público vê-se às voltas com a falta de quadros técnicos de planejamento e de gerenciamento de projetos e obras; e com a abundância de quadros político-partidários, em geral despreparados para as funções.

...

O interesse público está na adequação da obra às necessidades da coletividade, na boa qualidade dos serviços e no seu preço justo. Isto exige um trabalho continuado que começa em definir o que se quer (o “Programa de Necessidades”), passa pela elaboração de projetos completos, seus licenciamentos, orçamentos confiáveis e transparentes, por uma licitação de obra que permita a concorrência, o gerenciamento dos projetos e o acompanhamento gerencial da obra.

Se os governos querem pressa precisam melhorar seus processos de decisão, o que se faz com órgãos técnicos de planejamento estruturados como função de Estado. É o que o mundo desenvolvido aprendeu.

26. Notícia de 2 de junho de 2014: Presidente do TCU vê problema de gestão e critica atrasos nas obras.

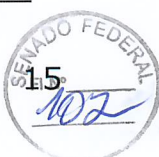
PRESIDENTE DO TCU VÊ PROBLEMA DE GESTÃO E CRITICA ATRASOS NAS OBRAS

Augusto Nardes fala sobre falhas identificadas pelo Tribunal na execução das obras da Copa: **"O evento será realizado em meio a obras de infraestrutura inacabadas"**

Por **Fabício Marques e Vicente Seda** - Brasília e Rio de Janeiro - 02/06/2014 11h41 - Atualizado em 02/06/2014 11h41

Mudanças nos projetos, atrasos, aumento nos custos. Boa parte das obras públicas para a Copa do Mundo foi marcada por problemas de execução. Dificuldades que, para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, não são exclusividade dos preparativos para o Mundial. Segundo o ministro, trata-se de um problema de gestão que afeta todos os níveis de governança do país: União, estados e municípios. Ele detalhou ainda os problemas de sobrepreço encontrados pelo órgão fiscalizador e apontou as falhas de planejamento como uma das principais causas para o atraso de obras e aumento de custos.

Fonte: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/06/presidente-do-tcu-ve-problema-de-gestao-e-critica-atrasos-nas-obras.html>



Em NOV/2014: Pacto pela Governança do TCU – apresentado agora em novembro de 2014:

Infraestrutura

- Planejamento deficiente e baixa qualidade dos projetos de infraestrutura
- Deficiência na governança das agências reguladoras
- Inadequação da infraestrutura de escoamento da safra agrícola brasileira
- Atrasos e descompassos na implantação dos empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica

Planejamento deficiente e baixa qualidade dos projetos de infraestrutura

Um problema recorrente nas obras fiscalizadas pelo TCU no âmbito do Fiscobras Refere-se aos projetos básicos ou executivos deficientes, que são os geradores de outras irregularidades comuns como o superfaturamento decorrente de jogo de planilha devido a aditivos de serviços não previstos, a realização de aditivos com percentual acima do permitido no art. 65, §1º da Lei 8.666/1993 devido ao mal dimensionamento de projeto, dentre outros.

A grande incidência de achados que demonstram irregularidades em projeto reflete a falta de planejamento da Administração Pública no que se refere a obras de infraestrutura.

27. Audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal no final de maio/2014 indicou um grave problema:

Falta de engenheiros gera obra ruim, dizem debatedores

22/05/2014 - Infraestrutura

Em audiência pública, **especialistas citam a má remuneração da categoria** como um dos motivos para os resultados de baixa qualidade no Brasil. Em concurso com 117 mil candidatos, só 800 foram aprovados

Sen. Wilder Moraes preside debate sobre falhas na execução de obras de engenharia.

A pouca disponibilidade de engenheiros, a complexidade das licitações e a ausência de planejamento estratégico estão entre os principais motivos da deficiência de projetos e obras no país, segundo participantes de audiência pública feita ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O **diretor** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (**Dnit**), **Jorge Fraxe**, mostrou um projeto de obra de engenharia com 64 volumes e 6,5 mil páginas. O projeto é para restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá, que liga o Brasil ao Uruguai.

— As pessoas reclamam que o Dnit demora com o projeto. Projeto de engenharia rodoviária é diferente do projeto de uma casa. Isso é para demonstrar o nível de complexidade.

Para o **diretor-executivo do Dnit, Tarcísio Gomes de Freitas**, existe uma razão histórica para a falta de engenheiros: pouco investimento em infraestrutura a partir da década de 1980, com a crise do petróleo e a fuga de capital estrangeiro.

Freitas citou cinco causas para a baixa qualidade dos projetos e das obras: a administração não sabe estabelecer metas e não cobra prazos das empresas; as equipes de licitação são despreparadas; a contratação de consultoria por licitação resulta em consultorias de baixo nível; as consultorias são mal remuneradas; e as ferramentas de tecnologia de informação sofisticadas não são utilizadas...

Wilder Moraes (DEM-GO), que presidiu a reunião, disse que o RDC pode funcionar para o Dnit, mas não para tudo.



— Em outros órgãos, isso é temerário. Um exemplo é a Copa do Mundo: não temos nenhuma arena com preço igual ao da outra — afirmou.

Desvalorização

Questionado se há engenheiros suficientes no Dnit, Fraxe respondeu que são muito capacitados, mas poucos, e que o salário é insuficiente.

— Eu fui autorizado a fazer um concurso público e briguei por 1,2 mil vagas. Dos 117 mil candidatos, só 800 foram aprovados: menos de 1%.

Fraxe explicou que o Dnit terceiriza a elaboração dos projetos por licitação e, por isso, a qualidade depende do mercado. Empresas que não cumprem cronograma ou erram estão sendo punidas.

— Cada projeto, quando é recepcionado pelos analistas do Dnit, tem, em média, 200 inconformidades — lamentou.

Para o **ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) Wilson Lang**, é preciso mudar a eficiência da gestão pública.

— Não existe, na história da humanidade, país que se desenvolveu sem engenharia e sem infraestrutura — disse.

Para o representante da Federação Nacional dos Engenheiros, Florentino de Souza Filho, faltam engenheiros porque não há valorização.

— É inadmissível que o poder público pague R\$ 20 mil ao advogado e, com R\$ 2 mil, o engenheiro — criticou

Jornal do Senado (Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/05/22/falta-de-engenheiros-gera-obra-ruim-dizem-debatedores>

28. Outra vez a **EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** – em pronunciamento de 28/10/2014.

MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, POR OCASIÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO - Brasília, 28 outubro de 2014

É sempre com muito orgulho que eu me dirijo a vocês, servidoras e servidores públicos, no dia 28 de outubro. Um dia para saudar a dedicação de cada um dos milhares de trabalhadores que cumprem cotidianamente uma das tarefas mais dignas que existem: servir a milhões de cidadãos brasileiros.

Uma tarefa imprescindível para a garantia dos direitos de todos e para o desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Se hoje temos um Brasil mais justo e mais forte, que pode celebrar conquistas como a superação da extrema pobreza, a redução das desigualdades e o maior acesso à educação e à saúde, é porque contamos com a atuação competente e o compromisso verdadeiro de cada servidor público deste país.

O esforço diário de vocês torna as políticas públicas realidade. O trabalho de vocês transforma diretrizes em ações práticas e gera os resultados que beneficiam toda a população brasileira.



Por isso, uma gestão pública eficiente requer a devida valorização do servidor público. Um Estado cada vez mais democrático deve garantir remuneração justa, carreiras consolidadas e condições de trabalho dignas a todos vocês, mulheres e homens atuantes no serviço público do nosso país. Continuaremos trabalhando guiados por essas convicções e objetivos.

Parabéns a todas as servidoras e servidores públicos brasileiros pelo dia de hoje, e o meu sincero agradecimento pelo empenho e dedicação ao longo de mais este ano de trabalho.

DILMA ROUSSEFF - Presidenta da República Federativa do Brasil

29. Benjamin Franklin — *'If you fail to plan, you are planning to fail!'* = “Se você falha em planejar, está planejando falhar”.

30. “*Os cientistas descobrem o mundo que existe; os engenheiros criam o mundo que nunca existiu.*” – Físico e cientista aeroespacial Theodore Von Kármán - muitas vezes cognominado como 'pai da era supersônica'.

31. Para que o Brasil atinja o ponto ideal de infraestrutura para se desenvolver, serão necessários nada mais que **5 trilhões de reais em 20 anos**. A estimativa é de Vicente Assis, presidente da consultoria McKinsey. Assis falou a uma plateia de empresários no 4º Exame Fórum Infraestrutura. FONTE: 4º EXAME Fórum Infraestrutura. 22 de outubro de 2013 no Rio de Janeiro.

32. “O principal problema da economia brasileira atualmente é a falta de investimento”, avaliou nesta segunda-feira, 27 de outubro, o professor emérito da Universidade Columbia, em Nova York, **Alberto Fishlow**, durante teleconferência para analisar o cenário pós-eleições no País. De acordo com ele, a taxa de investimento não vai aumentar enquanto a economia não voltar a crescer.

33. Para atender à crescente demanda da população por serviços públicos cada vez mais complexos e para estabelecer estudos, planejamento e políticas públicas para o desenvolvimento do país é preciso que o governo federal adote uma política de gestão da força de trabalho que busque aliar a quantidade adequada de servidores à sua devida qualificação. Essa política deve considerar a carência atual do Brasil e promover o uso da ciência, técnicas e práticas de Engenharia, Arquitetura Urbanismo, Agronomia... Os “agentes da infraestrutura e do desenvolvimento do país” precisam ser valorizados. A infraestrutura faz parte de um Projeto de Nação Desenvolvida. – Eng José Roberto Senno – Presidente da ANSEAF.

34. GOVERNO ATRASA 9 DE 11 OBRAS PRIORITÁRIAS DO PAC.



André Borges - O Estado de S.Paulo - 20 Outubro 2014 | 02h 03

Além do estouro dos cronogramas, custos subiram 46% desde 2011, quando foram prometidas para o final de 2014 por Dilma

BRASÍLIA - Os compromissos do governo para este último trimestre de mandato deveriam incluir a inauguração de 11 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa foi a meta estabelecida pela presidente Dilma Rousseff no início de 2011, quando assumiu o governo e apresentou seu primeiro balanço do PAC. Quase quatro anos depois, apenas dois empreendimentos previstos para ser concluídos entre outubro e dezembro de 2014 terão, de fato, obras entregues dentro do prazo: as hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Ferreira Gomes, ambas construídas no Amapá. A primeira iniciou suas operações neste mês e a segunda deve ligar suas turbinas até dezembro. Entre as nove obras que tiveram suas conclusões adiadas estão alguns dos mais caros e emblemáticos projetos do governo, como a transposição do rio São Francisco e a refinaria Abreu e Lima, da Petrobrás, em construção em Pernambuco. Esses empreendimentos já sofriam, na realidade, com frustrações de prazos acumuladas durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

35. PAÍS PRECISA INVESTIR R\$ 760 BILHÕES PARA SUPERAR DÉFICIT DA HABITAÇÃO, DIZ FGV.

Circe Bonatelli - O Estado de S. Paulo - 13 Outubro 2014 | 11h 42

Levantamento considera que até 2024 o País terá 16,8 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos. A equalização do déficit habitacional no País demandará investimentos de R\$ 760 bilhões ao longo de dez anos, de acordo com estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em seminário sobre o Minha Casa, Minha Vida, realizado pelo Sinduscon-SP.

36. PAÍS DEVERÁ CHEGAR A 226 MILHÕES DE HABITANTES EM 2050, SENDO QUE 90% DESTES TOTAL VIVERÁ EM CENTROS URBANOS.

- por Portal Brasil publicado: 05/12/2014 15h45 última modificação: 05/12/2014 16h42

Infraestrutura

Documento projeta exigências energéticas do Brasil em 2050

PREVISÕES

O Brasil deverá chegar a 226 milhões de habitantes em 2050. Desse total, quase 90% viverão em centros urbanos, em **mais** de 39 milhões de novos domicílios.

A economia e a frota de veículos leves no País deverão triplicar: o PIB per capita atingirá o patamar atual da França (entre US\$ 36 mil e US\$ 42 mil) e o número de carros pelas ruas brasileiras alcançará patamar da Alemanha (130 milhões).



Essas estimativas, que constam do documento Cenário Sócio-econômico e Demanda de Energia, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estão subsidiando a elaboração do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050 do Ministério de Minas e Energia, que define as políticas energéticas do país e, conseqüentemente, os planos de investimentos futuros.

O Planejamento e desenvolvimento energético do Brasil é política de Estado. E é estratégico ao País.

37. CRISE HÍDRICA (OU CRISE DE ÁGUA)

Em julho/2002

Auditoria do TCU constata que 19 regiões metropolitanas podem entrar em colapso e que a economia brasileira já está sendo afetada.

Apesar do Brasil possuir 8% de toda a água doce existente no planeta, **a crise de abastecimento de água já é uma realidade brasileira e os seus efeitos já podem ser observados em diversas localidades.** Estas são algumas das conclusões da auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TUC), com o objetivo de analisar a questão. O estudo foi feito junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Águas e Ministério do Meio Ambiente para avaliar a atuação do Governo Federal na gestão dos recursos hídricos, as perspectivas para o futuro próximo e as medidas preventivas que estejam sendo adotadas para evitar a escassez.

Dentre as informações apuradas, os técnicos do TCU observaram que a crise de água não é conseqüência apenas de fatores climáticos e geográficos, mas principalmente do uso irracional dos recursos hídricos. No relatório desta auditoria, o TCU aponta que entre as causas deste problema estão: o fato de que a água não é tratada como um bem estratégico no país, a falta de integração entre a política nacional de recursos hídricos e as demais políticas públicas, os graves problemas na área de saneamento básico e a forma como a água doce é compreendida, visto que muitos a julgam como um recurso infinito.

SEGUNDO SEMESTRE DE 2014:

Crise hídrica, uma crise política

Em meio ao alastramento da crise hídrica no estado de São Paulo—cujos impactos vão sendo sentidos cada vez mais em nossa cidade e anunciam uma calamidade pública—cabe analisar suas razões e combater o entendimento, aparentemente dominante, de que a falta d'água na casa das pessoas tem origem natural. A crise hídrica é uma questão política, e não climática.

Há tempos, a organização do espaço em que vivemos não é mais “refém” das dinâmicas da natureza. Nosso território é organizado e usado pela sociedade, segundo suas intenções e seus projetos, superando percalços e dificuldades colocadas pela base natural originária. A vida de



dezenas de milhões de pessoas na macrometrópole paulista (da qual fazem parte as regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo) somente é possível graças aos grandes sistemas técnicos e obras de engenharia, que, por sua vez, exigem manutenção constante para que não entrem em colapso. Como já dizia o geógrafo francês Hilderbert Isnard, na década de 1970, ***não há mais espaços naturais—todo o espaço terrestre é organizado pelo homem.*** Em grande medida, **as pessoas moram, trabalham, alimentam-se e possuem (ou não) água devido ao planejamento e à política que certos grupos e agentes aplicam e impõem.**

No caso da atual crise hídrica, esse entendimento é essencial: o que está em crise é o abastecimento de água “planejado” (de forma desastrosa) pelos governantes dos estados. A crise hídrica se deve às falhas na organização desse sistema de abastecimento, que sabíamos—nós e os governantes—estar em colapso há mais de dez anos. Culpar a falta de chuvas é uma fuga típica (já utilizada em 2001 para justificar o racionamento de energia elétrica)

A inação política agravou o cenário de estiagem.

Água é política de Estado. E ao Estado cabe o planejamento nacional, estadual e municipal integrado.

38. Em pronunciamento, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou dados de vários estudos recentes que mostram, segundo ele, o estado caótico da segurança do trânsito no Brasil. Ele revelou que, **entre 1980 e 2011, ocorreram cerca de 980 mil mortes em acidentes de trânsito no país.**

— São números que nos chocam porque não são apenas estatísticas frias e imparciais, se referem a vidas humanas. São lares e sonhos destruídos para sempre — lamentou o senador.

Paim ressaltou que, no ano de 2011, o Brasil ocupou a quarta posição entre os países com mais mortes no trânsito, tendo mais de **43 mil vítimas — uma média de 118,5 falecimentos por dia.** O senador chamou esse cenário de “uma guerra sem generais”, e observou que o problema vai além da perda de vidas.

— Além do custo humano, esses números representam também um elevado custo social e econômico — comentou. Paim mencionou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que apontam um custo anual de **R\$ 22 bilhões** devido a acidentes nas rodovias, e do Ministério da Saúde, que indica o trânsito como sexta maior causa de mortalidade do Brasil.

39. O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB - RJ) — “Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ressaltar um detalhe importante. O Supremo Tribunal Federal diz que o Estado deveria interferir em três profissões: uma que lida com a vida; outra que lida com a garantia da vida, que é a construção, a engenharia civil, a arquitetura, porque obras mal feitas causam desastres tremendos; e outra é a saúde.



Nós estamos fazendo aqui hoje uma espécie de ato político. Várias vezes nós aprovamos aqui projetos que sabemos que não vão prosperar na Câmara dos Deputados, porque são apenas indicativos; mas o fazemos, porque somos uma Casa política.

Na questão da engenharia especificamente, para V. Ex^a ter uma ideia, no meu Estado do Rio de Janeiro, hoje, uma empresa é contratada para fazer uma obra e outra empresa é contratada para fazer a medição da obra, porque não há engenheiros suficientes. Há trinta anos, eu era engenheiro do Estado do Rio de Janeiro. Nós éramos 1200 engenheiros; hoje são 400 apenas, a maioria se aposentando. Não há concurso público. E as medições feitas por uma outra empresa causam prejuízos ao Erário, porque há interesses, é claro, é óbvio. Não há um engenheiro de carreira, não há ali um servidor público. O Tribunal de Contas do Estado determinou que a assinatura das medições fosse por um engenheiro do Estado, mas as medições não podem ser feitas, porque as obras são muitas, no País inteiro – o Governador do Mato Grosso vai se deparar com isso –, e nós não temos uma carreira de Estado para incentivar esses profissionais. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, era para concluirmos a nossa Rodovia do Contorno em 2009, e só concluímos este ano, em 2014, atrasando cinco anos. Não foi por falta de recursos, não; é porque nós não tínhamos engenheiros públicos para assinar os processos de desapropriação. Esses precisam ter um agente público.

Essa desestruturação atrasa muito a nossa infraestrutura, prejudica o crescimento, causa corrupção enorme. Imagina V. Ex^a um prédio, por exemplo, que está previsto ser pintado com tinta acrílica. Ora, dois profissionais que não têm compromisso com o Estado podem dizer o seguinte: vamos misturar na fachada desse prédio, que vai 5 mil galões, metade PVA e metade acrílica. Quem vai descobrir, Sr. Presidente? Sete anos depois, quando essa fachada, exposta ao sol e à chuva, estiver toda manchada. É um prejuízo enorme ao povo brasileiro e ao Erário.

De tal maneira que nós sabemos que há vícios, mas o assunto é tão relevante e importante, que eu vou votar favoravelmente, para que o Governo desperte que é necessário haver uma carreira.

Obra pública precisa ter engenheiro público, com espírito público, com carreira de Estado, senão nós vamos terminar com prejuízos, eu diria, inestimáveis, Sr. Presidente. (Palmas.)”

- Em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal

40. ‘O GOVERNO PRECISA CRIAR JUÍZO E ADOTAR UM PROJETO ENERGÉTICO QUE FUNCIONE’

– em 09.fevereiro.2015

Experiente no assunto, cientista da USP adverte: a única saída para a falta d’água e de energia é reduzir o consumo. Depois, cumprir planos de médio e longo prazo.



Pouquíssimas pessoas, em São Paulo e no País, têm o conhecimento e a prática do **professor José Goldemberg** para entender a dupla crise de água e energia que, desde o final do ano passado, vem assustando milhões de brasileiros, e para sugerir saídas concretas.

E a crise de água ...?

São necessárias obras. No caso da água, fazer logo essas interligações que a Sabesp está providenciando. Pegar a água da Billings e jogar no Alto Tietê, por exemplo. Mas essas obras, mesmo as emergenciais, vão levar seis meses. E a mais importante, a do Rio Jaguari, só fica pronta daqui a um ano e meio.

E o plano no sistema elétrico?

Aqui, todas as obras são de longa duração. E há os atrasos. Dois anos de atraso em Jirau. Em Belo Monte nem se sabe direito qual o atraso e, mesmo quando ficar pronta, não tem reservatório. De tantas concessões, reduções, ela ficou uma represa no chamado fio d'água – quando diminuir o volume do rio, a produção diminui. Em suma, é preciso planejamento para construir mais hidrelétricas com reservatórios e dar um estímulo real às energias renováveis, coisa que o governo não fez.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/o-governo-precisa-criar-juizo-e-adotar-um-projeto-energetico-que-funcione/>

41. DEBATEDORES PEDEM INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA PARA AUMENTAR COMPETITIVIDADE DO PAÍS

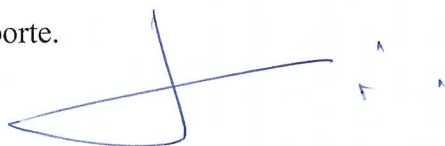
Em audiência da **Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados**, foram apontados diversos gargalos de infraestrutura que prejudicam a economia brasileira.

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados - 02/09/2014 - 16h51

Atraso em obras, grandes distâncias entre o centro produtivo brasileiro e a saída para exportação, altos preços de fretes, precárias condições de estradas, congestionamento do setor aeroviário, poucas opções de hidrovias e construções de ferrovias em ritmo lento são consequências diretas de baixo investimento em infraestrutura logística no País.

Esse quadro, apresentado pelos participantes da audiência pública que debateu o assunto na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (2), aumenta o chamado “custo Brasil”, que é o conjunto de dificuldades estruturais, econômicas e burocráticas que encarecem os investimentos e atrapalham a competitividade dos produtos brasileiros.

Para os debatedores, a solução para garantir maior competitividade ao País e uma melhor mobilidade de pessoas e produtos é o investimento em logística e na integração de todos os modais de transporte.



42. PRODUTIVIDADE.

“Ampliar produtividade é o mais importante. A medida é vital para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida, diz Barros.” Trechos da entrevista concedida ao [jornal] O Estado de S. Paulo por **Ricardo Paes de Barros**. Ricardo Paes de Barros se tornou um dos maiores especialistas em políticas públicas do Brasil. Atualmente, como subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), ele diz que, **mais importante do que entender a redução na velocidade de queda da desigualdade, é descobrir os mistérios que mantêm a produtividade brasileira estagnada por várias décadas**. "Para reduzir pobreza, fortalecer a classe média e continuar num processo de ascensão e de melhoria das condições de vida, o mais importante não é redução da desigualdade, mas o aumento da produtividade", afirma. O cenário atual tem deixado o Brasil para trás, segundo Paes de Barros. **“O crescimento da produtividade brasileira tem sido inferior até aos registros de avanço da africana.”**

43. CUSTO DOS NEGÓCIOS.

BRASIL É O PAÍS MAIS CARO DOS BRICS PARA FAZER NEGÓCIOS. O Brasil ocupa o posto de ser entre os territórios emergentes o mais caro para se fazer negócio aponta o estudo da **consultoria KPMG**. A pesquisa é baseada nos custos para empresas em 14 países levando em conta questões tributárias, trabalhistas, aluguéis e custo de capital entre outras. Ainda são comparados 19 setores da manufatura de automóveis e processamento de alimentos à produção de vídeo game. Utilizando os Estados Unidos como patamar o estudo da consultoria mostra no geral que fazer negócios no Brasil é apenas 7% mais barato. A China ocupa o posto de melhor lugar para investimento com uma estrutura de 25,8% mais barata que nos EUA. Em contraponto em termos de impostos o Brasil é 43% mais caro que no território americano. Para a KPMG o fato do Brasil ser reconhecido como emergente e ter custo tributário maior comparado as economias maduras é um enigma. *By INDICADOR BRASIL on 26/09/2012. – Fonte Folha de S.Paulo – via KPMG.*

44. LOGÍSTICA DEFICIENTE AGRAVA A POSIÇÃO RELATIVA DO PAÍS.

23 de março de 2014 | 2h 07 - O Estado de S.Paulo

Em apenas um ano, o Brasil perdeu 20 posições no ranking mundial de logística do Banco Mundial, segundo reportagem do Estado de sexta-feira. A posição ocupada pelo País já era ruim (45.º lugar), mas ficou muito pior: o Brasil caiu para o 65.º posto, o mais baixo desde o início do levantamento, em 2007. Entre os latino-americanos, Chile (42.º lugar), México (50.º) e até a Argentina (60.º) ocuparam posições melhores. Entre os países do Brics, a posição do Brasil também é a pior. A classificação do Banco Mundial se baseia em entrevistas com mil pessoas, em todo o mundo. São avaliados a qualidade da infraestrutura de transporte, de serviços e a liberação



das mercadorias nas alfândegas, o rastreamento de cargas, o cumprimento de prazos de entrega e a facilidade para identificar os fretes mais competitivos, entre outros itens. O Banco Mundial não mede avanços ou retrocessos no plano físico, mas a percepção dos empresários - e esta oscilou muito nos últimos anos. No item serviço de aduanas e alfândegas, por exemplo, o Brasil figurou no 94.º lugar e no item entregas internacionais, no 81.º posto.

Os empresários se reportaram a problemas objetivos - e bem conhecidos - das empresas brasileiras. O atraso médio nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é de quatro anos, segundo levantamento do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), cujo diretor, Paulo Fleury, definiu o resultado da avaliação do Banco Mundial para o Brasil como "desastroso".

Não falta só qualidade, mas oferta de serviços. O País tem 212 mil km de rodovias pavimentadas, ante 1,57 milhão de km na Índia e 1,58 milhão de km na China. A Rússia tem 87 mil km de ferrovias; a China, 77 mil; e a Índia, 63 mil; enquanto o Brasil tem apenas 29 mil km, segundo o Ilos. A distância que separa os números brasileiros dos de países desenvolvidos, como a Alemanha, a Holanda e a Bélgica (que ocupam os primeiros lugares na pesquisa) e os Estados Unidos, que estão na sexta posição, é ainda maior.

45. AC – Governador eleito Tião Viana – PROGRAMA DE GOVERNO – fonte: G1

Educação - "Inclusão do ensino integral no estado, mais investimento na educação bilíngue, formação de docentes e de magistério para indígenas" **Nota: Construção e manutenção de escolas é engenharia.**

Estradas - "Garantir a mobilidade por meio da consolidação de projetos de pavimentação, manutenção e urbanização de rodovias, estradas e ramais" **Nota: atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo...**

Habitação - "Habitação urbana, rural e emergencial por meio da continuidade de projetos de construção de casas para a redução do déficit habitacional" **Nota: atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo...**

Investimento e emprego - "Geração de empregos com a criação de postos de trabalho nos setores industriais, infraestrutura, desenvolvimento urbano e produção rural" **Nota: atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo, agronomia...**

Meio ambiente - "Intensificar a gestão territorial e ambiental em terras indígenas, gestão de resíduos sólidos e regularização dos imóveis rurais" **Nota: atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo, agronomia...**

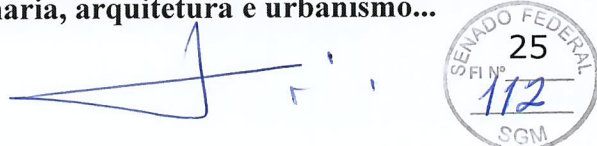
Mobilidade Urbana - "Promover o acesso aos serviços com a continuidade do projeto Ruas do Povo, melhoria no transporte coletivo, Infraestrutura fluvial e aérea" **Nota: atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo...**

Saneamento - "Intensificar o abastecimento de água desde a captação até as ligações prediais, esgotamento sanitário com instalações, coleta e transporte" **Nota: atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo...**

Saúde - "Manutenção e ampliação da saúde em vigilância, tecnologia e inovação, assistência farmacêutica e insumos estratégicos" **Nota: construção e manutenção de posto médico, hospitais, etc atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo...**

Segurança - "Reforçar a segurança em escolas públicas, enfrentamento ao crime, policiamento comunitário geral, combate às drogas"

Sistema penitenciário - "Criação de um gabinete para equacionar crises no campo de ação da segurança, adoção de medidas e prevenção que assegurem a ordem pública" **Nota: construção e manutenção de presídios atividades básicas de engenharia, arquitetura e urbanismo...**



EM 90% DAS PROPOSTAS SÃO NECESSÁRIOS O AUXÍLIO DA ENGENHARIA, DOS ENGENHEIROS.

Importante: todos os programas de candidatos a Governador de Estado nas eleições de 2014 – em que os eleitos tomaram posse em 2015 –, tem em sua maioria (+ 50%) atividades que só serão realizadas com auxílio do trabalho de Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos. Onde encontrar: G1 .

É DE SE PERGUNTAR: CADÊ A VALORIZAÇÃO DESTES PROFISSIONAIS?!!!

46. No Brasil, engenheiros são bastante demandados. Um relatório do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou que o país precisará de 600 mil a 1,15 milhão deles para atender à expectativa das indústrias até 2020. O cenário não se limita ao mercado brasileiro. O engenheiro é o 2º profissional mais escasso do mundo, de acordo com uma recente pesquisa do Manpower Group.

James Watson (preside a consultoria de carreira Watson Associates): Parte dessa situação se explica pelo fato de que engenheiros têm assumido outras posições no mercado que nada têm a ver com sua área original. Isso ocorre porque eles têm competências únicas para liderar e aplicar técnicas de resolução de problemas de qualquer área, mesmo fora da engenharia. É uma tendência que só parece crescer.

Segundo dados do Ipea, 59% dos engenheiros brasileiros trabalham em funções atípicas, ocupando cargos ligados a gestão e negócios, por exemplo.

Charles Alexander (professor de engenharia elétrica e engenharia da computação na Cleveland State University): ... Vamos ver mais engenharia sendo feita nos próximos 10 anos do que em toda a história. A empregabilidade desses profissionais deve explodir para atender as necessidades humanas em áreas diversas, como indústria, serviços, saúde, infraestrutura, meio ambiente, energia, e muitas outras.

James Watson: A tecnologia continua crescendo rapidamente e impactando muito nossas vidas. O papel dos engenheiros deve crescer cada vez mais, sobretudo por causa da habilidade que eles têm de aplicar tecnologia na resolução de qualquer problema.

Fonte: <http://www.napratica.org.br/momento-e-o-melhor-da-historia-para-engenheiros/>

47. A encruzilhada da competitividade brasileira

- Publicado em 27 de fevereiro de 2014

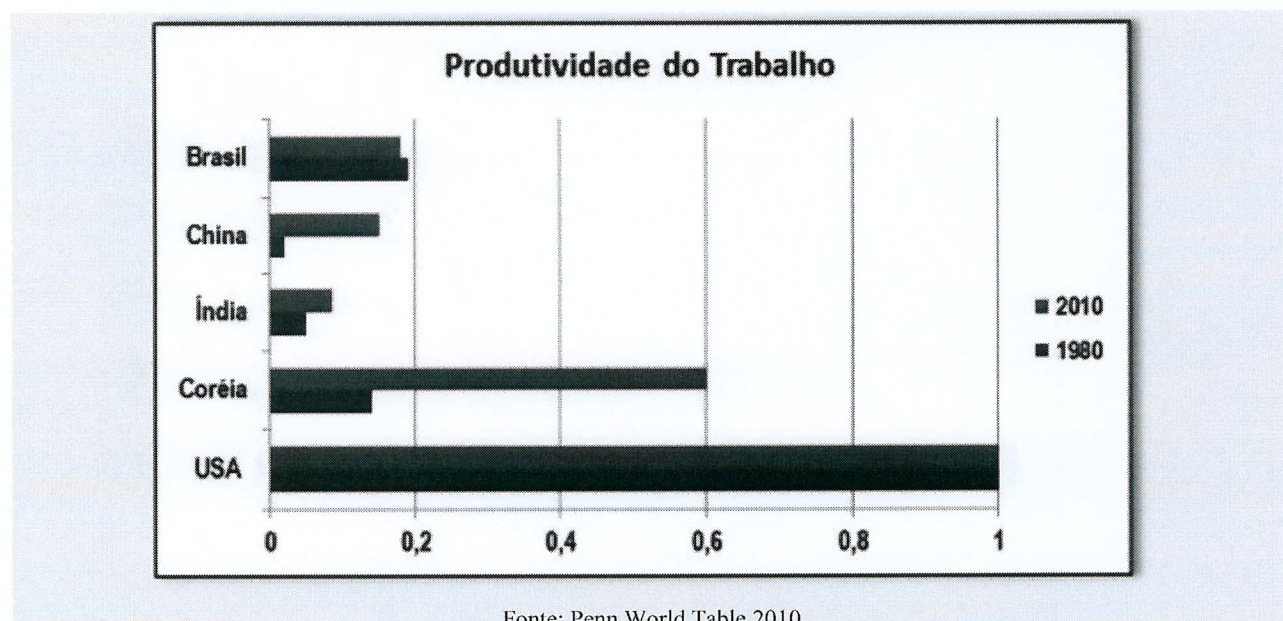
A consagrada revista *The Economist* recentemente publicou uma reportagem muito interessante estudando o porquê de tudo ser tão caro no Brasil.

Para muitos de nós, certos assuntos e conclusões não são novidades como: valorização do Real, gargalos de infraestrutura e altos níveis de impostos, que juntos acabam por jogar nossos preços para cima e nossa competitividade para baixo.



Porém, a mesma reportagem alerta para um assunto não tão divulgado: nossa grande dificuldade em sermos eficientes.

De fato, ao compararmos o Brasil com outros países em desenvolvimento, podemos ver que levamos um ‘banho’ em termos de produtividade.



O Brasil aparece estagnado em 30 anos, enquanto que China, Índia e Coreia deram enormes saltos na produtividade interna.

O último parágrafo da reportagem lembra um estudo recente do *Boston Consulting Group* que mostra um cenário perigoso e insustentável: a principal fórmula de crescimento do país está em adicionar mais postos de trabalho, respondendo a três quartos do crescimento, enquanto os ganhos de produtividade foram responsáveis por apenas um quarto do crescimento.

Em suma, para que o país possa crescer por anos em seguida e conquistar cada vez mais espaço no mercado mundial, **tanto nossos governantes como nossos empresários** devem priorizar a luta contra o desperdício em detrimento da adição de mais horas trabalhadas; **ou seja, ao invés de trabalhar mais, devemos trabalhar melhor.**

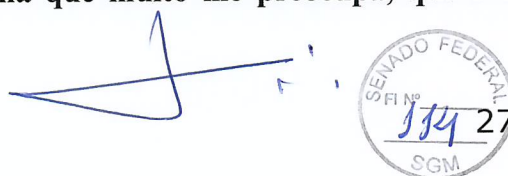
Autor: Paulo Henrique Garcia, MSc, consultor-sênior do Kaizen Institute

- Fonte: <http://blog.br.kaizen.com/tag/competitividade-2/>

48. Discurso na Câmara dos Deputados – realidade do País – e era de 29/05/2013 – quantas verdades!

V.Exa. tem 6 minutos, Deputado.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos ouvem e nos assistem neste momento através dos diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, eu ocupo a tribuna desta Casa na tarde de hoje para retomar **um tema que muito me preocupa, que é o**



crescimento do nosso País e, conseqüentemente, claro, a geração de empregos e renda e o bem-estar social da nossa população.

... eu tenho certeza de que este País não cresce com este modelo econômico do Governo Federal! Não adianta mais o povo brasileiro pagar imposto para custear a máquina! Chega do Custo Brasil! Vamos definitivamente entender que este País só cresce se nós investirmos na educação, na segurança, na saúde, nos portos, nos aeroportos, nas ferrovias, nas hidrovias! Não adianta mais este Governo querer se acomodar, se encostar na tentativa de promover a transferência de renda para a população e achar que assim a economia irá crescer. A economia não irá crescer, Sr. Presidente! Há pouco tempo eu estava em meu gabinete e escutei algumas pessoas exaltando aqui — vejam só — uma projeção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Sinceramente, eu não sei de onde tiraram aqueles dados. Eu tenho aqui uma matéria publicada pela BBC de Londres, traduzida para o Brasil, que diz: *OCDE projeta inflação maior e incertezas para o Brasil*. Os dados são reais. O Brasil cresceu apenas 0,6%! Há Deputado que sobe à tribuna e diz: *Ah! É o dobro do ano passado, no primeiro trimestre!* Não, não é o dobro do ano passado, Srs. Deputados! É 0,6%! A previsão do Governo era de 1%! Vamos ser realistas, vamos ser verdadeiros! A indústria diminuiu 0,3%. Só existe esse crescimento de 0,6%, porque o agronegócio cresceu 9,7%. Logo o agronegócio — Deputado Moreira Mendes, V.Exa., que é ligado ao setor—, do qual o Partido dos Trabalhadores tem desconfiança e que sofre com a péssima infraestrutura! **Eu volto à infraestrutura do País, à péssima infraestrutura do País: faltam ferrovias; faltam hidrovias; faltam rodovias transitáveis; e os portos são obsoletos.** Mas, mesmo assim, graças à garra, à luta, à fibra do povo trabalhador e do empresariado, que insiste em investir neste País, o agronegócio cresceu 9,7% e conseguiu fazer com que o PIB do Brasil crescesse 0,6%. Novamente eu subo a esta tribuna para fazer um apelo ao Governo Federal: vamos investir na infraestrutura deste País! Vamos permitir que a iniciativa privada se sinta confortável em investir no País! Lerei agora um trecho de um texto de que eu gostei muito: *O Governo tem a função de induzir o investimento privado, provendo a infraestrutura necessária e ambiente econômico estável. Quando o setor público não cumpre seu papel de indutor do investimento, o setor empresarial não tem confiança para investir ao perceber o numerador da equação Risco/Retorno crescer além de seu apetite em arriscar.* Ou seja, ou o Governo Federal investe na infraestrutura, ou a própria iniciativa privada, que hoje investe, vai recuar, e a consequência será o desemprego, a recessão, a inflação e um País que não cresce.

Portanto, eu aqui prego investimento e crescimento para o nosso País.

Fonte: <http://www.camara.gov.br/> - Data: 29/05/2013 - CÂMARA DOS DEPUTADOS



Na manhã desta terça-feira (22/11/2016), o Congresso Nacional lançou a **Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento** com a participação da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), do presidente do Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu da Silva, e de diversos conselhos regionais (Creas), parlamentares, como o deputado Odorico Monteiro (PROS/CE), e o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra. Como destacou o presidente e autor da iniciativa, deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), a proposta é buscar uma linha de ação conjunta entre os profissionais da área tecnológica e o Poder Legislativo com o propósito de “acelerar a adoção de medidas que possam garantir o novo ciclo econômico do País”.

50. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI - PRESIDENTE DO SINAENCO – em 10 agosto 2016.

Em São Paulo, por volta de 1960, aconteceu uma modificação na forma de contratação de serviços de engenharia. Isso aconteceu quando um plano promoveu a estruturação das usinas hidrelétricas de São Paulo, que foram reunidas na companhia estatal Cesp. Com isso, foram criadas essas empresas estatais, de capital misto ou público, com uma visão nova, mais moderna. Essas empresas passaram a contratar projetos de engenharia para as obras, o que permitiu desenvolver uma competência mais moderna da engenharia brasileira, levando à realização de projetos e construção de várias usinas hidrelétricas ao longo do rio Tietê, rio Paraná e rio Paranapanema, com aproveitamento múltiplos das águas. Esses projetos integrados permitiram criar um conhecimento e um saber técnicos importantes nessa área. E o Brasil, então, capacitou-se para fazer suas grandes usinas. O coroamento disso veio com Itaipu e Tucuruí.

Mais para frente, em 1969, foi criado o Grupo Executivo do Metropolitano de São Paulo, que depois se transformou na Companhia do Metrô.

Isso trouxe uma boa capacitação para a engenharia brasileira, o Brasil passou a ser autossuficiente nesse aspecto, elaborando projetos, especificações de equipamentos e fazendo o gerenciamento das obras.

Aconteceu um ritmo de crescimento que se manteve até os anos 1970 a mil por hora, quando o Brasil crescia a taxas chinesas, de até 10% ao ano, chegando a 11% ao ano, em 1974.

O que acontece atualmente é que o Brasil ainda não encontrou ainda seu caminho. Teríamos de continuar aproveitando o bônus econômico da década passada. E também o bônus demográfico, mas estamos sem rumo e não temos convicções.

O Brasil precisa rever umas tantas coisas para voltar a ter um projeto de futuro. Aprendi na faculdade de Direito, que cursei recentemente, que sem advogado não se faz justiça. Os operadores do Direito são os advogados, os promotores e os juízes. **Eu não tenho a mínima dúvida de que o mesmo acontece com a engenharia, sem ela não se faz desenvolvimento.**



E o engenheiro é o operador do desenvolvimento. Na China, por exemplo, foram anunciados este ano os novos integrantes do seu Politburo, e só tem engenheiro. Cerca de 70% dos que compõem os cargos do governo são engenheiros. Eles sabem que para crescer é preciso planejar, depois tem que projetar, depois, executar e, por fim, alguém tem que fiscalizar. Todas essas atribuições são da nossa área. Além disso, é necessário manutenção das edificações, em um ciclo que dura cerca de 50 anos. Isso é ter visão estratégica, é preciso que a engenharia e a arquitetura sejam contratadas de maneira que possam dar o melhor da sua contribuição.

Fonte: extraídos trechos de entrevista de 2016 – SINAENCO.

CONCLUSÃO.

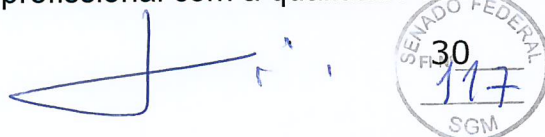
Em complementação a estas 50 razões para aprovar o PLC 13/2013, podemos elencar as responsabilidades previstas na legislação para as contratações de obras e serviços de Engenharia e de Arquitetura pela Administração Pública conforme se segue.

A elaboração de projetos e de orçamentos de obras é atividade tecnicamente complexa e, segundo os artigos 13 e 14 da Lei 5.194/1966, deve ser executada por um profissional legalmente habilitado, registrado no Sistema Confea/Crea. Cito ainda a Lei 6.496/1977, que trata da ART. Destaco que não apenas os profissionais, mas as empresas, devem ter sua responsabilidade registrada, conforme a Lei 6.839/1980 e as resoluções do Confea. Já o Decreto 7.984/2013 tornou perenes as regras e critérios para elaboração do orçamento de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. *“Qualquer obra que receba recursos federais deve ter a exigência da ART, o que exigimos e que também traz responsabilidades a estes profissionais”.*

A Resolução do CNJ nº 114/2010, a acórdãos do TCU, como o 2049/2008, e destacou a súmula nº 260 do Tribunal de Contas da União. *“É dever do gestor exigir a apresentação de ART referente ao projeto.”*

Infelizmente, ainda é comum a constatação da falta de ART.

Nota: advogados, médicos e outras profissões não têm **anotação de responsabilidade técnica** a cada serviço executado, **por que então Engenheiro tem?** Porque a atividade de Engenharia diz respeito a serviços que tem grande significado de risco, e se houver obra sem a técnica necessária e sem profissional habilitado leva perigo aos cidadãos e a sociedade – onde pode ceifar vidas de muitas pessoas. A ART serve como um instrumento de defesa, pois formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos



serviços prestados. Em casos de sinistros, identifica individualmente os responsáveis, auxiliando na confrontação das responsabilidades junto ao Poder Público. A ART é uma segurança da sociedade.

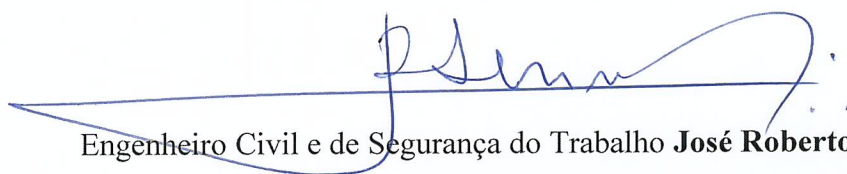
Se tal profissional tem tal responsabilidade, então **por quê ainda não** é carreira típica de Estado, visto que já existem outras 16 cargos (como por exemplo: advogados que tem na Administração Pública e na Iniciativa Privada) da Administração Pública?

“O ônus de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos é do gestor responsável” (art. 70 da CF/88, Decreto 200/1967 e o Decreto 93.872/1986).

“Na obra pública, o principal auxiliar do gestor é o engenheiro, que é também responsável solidário a esses atos atinentes à execução de obras públicas”.

É preciso abrir uma nova etapa de esperança.

Brasília, 02 de maio de 2018



Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**

Presidente da **ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal.**

PS.:

A ciência, as técnicas e as práticas de Engenharia, de Arquitetura Urbanismo e de Agronomia precisam ser consideradas relevantes quer pelos governantes, quer pela iniciativa privada e também pelas elites do país que detém o poder político e econômico. E o Parlamento pode ajudar muito ao País na **busca por melhorias para a vida nacional.**

Os netos colherão os frutos das tuas árvores. - Publius Vergilius Maro (Virgílio) – poeta romano clássico. Lá por 35 antes de Cristo...





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

CARTA Nº 016/2018/ANSEAF

Brasília-DF, 26 de abril de 2018.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) SENADOR(A) EUNÍCIO OLIVEIRA

Venho solicitar auxílio de Vossa Excelência para colocar na pauta o PLC 13, de 2013, no Plenário do Senado.

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

Obs.: Este PLC 13/2013 (teve origem no pl 7607/2010) que está tramitando a 8 anos e 4 meses – sempre aprovado em todas as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O PLC 13/2013, se aprovado, será lei ordinária, não podendo impedir a contratação pela Administração Pública de qualquer consultoria ou empresa, pois a Administração Pública tem regulação Constitucional, afora serem prerrogativas do Poder Executivo: “o interesse público” e “a reserva do possível”.

O PLC 13 de 2013 não tem ônus financeiro. Tem sim valor simbólico. Os “agentes” da infraestrutura e do desenvolvimento são os engenheiros, arquitetos urbanistas e engenheiros agrônomos brasileiros. E este PLC sinaliza esta importância ao País.

Atualmente já existem 16 carreiras que são “Típicas de Estado” como, por exemplo, **advogados (que há na Iniciativa Privada e na Administração Pública).** **Portanto, chegou a hora dos Engenheiros e Arquitetos – tão solicitados pelo povo.**

No programa jornalístico da TV Globo se verá a **manifestação da população brasileira** (das mais diversas cidades do Brasil) sobre “QUE BRASIL VOCÊ QUER PARA O FUTURO?” E todos têm respondido “O BRASIL QUE EU QUERO”... **Uma resposta a cada 3, ou 2 respostas a cada 5, responde citando alguma necessidade de infraestrutura ou de obra pública ou indicando obra pública paralisada ou incompleta.**

A reivindicação do povo tem sido tão expressiva que demonstra claramente o quanto foi desestruturada a Engenharia e Arquitetura na Administração Pública. Pior: o quanto é necessária ao país e o quanto o país tem de desperdício na infraestrutura.





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

HÁ MAIS DE 100 ATIVIDADES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL QUE INDICAM NECESSIDADES DE SE TER ASSISTÊNCIA DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS, E OUTRAS MAIS DE 50 ATIVIDADES PARA ESTADOS E PARA MUNICÍPIOS QUE TAMBÉM ASSIM EXIGEM. Mas o que vimos nos últimos 40 anos é a desestruturação no Governo Federal e na maioria das unidades da Federação onde sempre houve uma falha nas estruturas destes profissionais. Sempre estamos criando artifícios, criando inúmeras leis e burocracias, mas nunca criamos as estruturas necessárias. E há 4 décadas a produtividade está praticamente a mesma! Saneamento básico foi resolvido na Europa no século XIX e aqui, no Brasil, em pleno séc. XXI, quase metade da população não tem esgoto tratado!

O destino do ser humano é a evolução. **Na Administração Pública também é preciso evoluir na classificação das CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO (simbolismo importante, embora nada em si traz).**

VENHO SOLICITAR A VOSSA EXCELÊNCIA AUXÍLIO PARA APROVAR O PLC 13, DE 2013, NO PLENÁRIO DO SENADO.

“O FUTURO DO MUNDO DEPENDE DOS ENGENHEIROS”, diz economista Jeffrey Sachs. Folha De S.Paulo - 21/11/201702h00 – BBC. É dos engenheiros que o mundo precisa para evitar a destruição da biodiversidade, a catástrofe climática e o alastramento da pobreza, afirma o economista Jeffrey Sachs, professor Da Universidade Columbia (EUA). **À frente dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU”** - 17 metas assinadas por 195 países para ser cumpridas até 2030, Sachs tem se dedicado a descobrir como pôr em prática o compromisso firmado em 2015. Fonte: <http://m.folha.uol.com.br/.../1936786-futuro-do-mundo-depender...>

Em entrevista na revista Época de 25.8.2014, o vice-presidente mundial da Google, Mario Queiroz, afirmou que: ***“As autoridades nos EUA são paranoicas em relação a formação de engenheiros. Vivem fazendo comparações com a China e outros países. Não vejo isso no Brasil.”*** Mario Queiroz (que é brasileiro) foi apontado como o quarto profissional mais criativo do mundo, segundo a lista publicada em maio/2014 pela revista americana “Fast Company”.

Embora em contexto de mundo diferentes, ainda assim há algo elementar, básico e imprescindível ao **desenvolvimento de um país (e para se chegar a ser país de 1º mundo)**. Até facilmente identificável, basta comparar: país desenvolvido e país não desenvolvido. O desenvolvimento atual é baseado num tripé: infraestrutura, educação e inovação tecnológica (que auxilia no empreendedorismo, na industrialização, no aumento da produtividade), sendo este último subproduto dos





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

primeiros. Portanto, o binômio “infraestrutura e educação” é a essência do desenvolvimento de uma nação. Com infraestrutura, educação e inovação tecnológica virão: industrialização, ampliação da oferta de empregos, modernização, desenvolvimento econômico, melhoria da saúde da população, amplas possibilidades para todos...

"A História é mãe da verdade, rival do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo ao presente e advertência ao futuro" - Miguel de Cervantes (1547-1616).

Um exemplo ao BRASIL existente na história recente. Por volta do fim da década de 70 (do séc. XX), Brasil e China tomaram decisões diferentes: a China resolveu ampliar seus quadros de Engenheiros, investir em infraestrutura e no Brasil houve a desestruturação da Engenharia na Administração Pública. A China ocupava o 32º lugar entre as nações de maiores PIB. O PIB da China equivalia aprox. 1,5 vezes o PIB do Brasil. Atualmente a China que é a 2ª economia no PIB, poderá ser a 1ª economia mundial, tendo o maior PIB. Já o Brasil está entre a 7ª e 10ª economia mundial medida em PIB; mas o PIB da China equivalerá aprox. 6,4 vezes o PIB do Brasil. Medido em paridade de poder de compra, nosso produto por habitante no fim de 2013 correspondia a 28% do valor americano – apenas 3 pontos acima do que era em 1998. No mesmo período de 15 anos, a China ganhou 15 pontos (fonte: revista Exame de nov/2014). Notas: a) observo que não estou propondo seguirmos o modelo econômico chinês, mas sua inteligente proposição pelos investimentos em infraestrutura pela multiplicação dos fatores que induz ao crescimento econômico; b) outro aspecto importante, que muitos indicam erroneamente: dizem que a China investiu em educação; mas não foi bem assim, a educação foi um processo gradual que acompanhou a construção da infraestrutura, e também foi por esta induzida, é que foi a infraestrutura que fez o povo necessitar de mais instrução e mais alimento; daí à China ter feito investimentos em educação e alimentos, por indução da necessidade de construir a infraestrutura (que desenvolveu o País) - há um processo de retroalimentação entre tais fatores.

REITERAMOS A VOSSA EXCELÊNCIA, EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) SENADOR(A) DA REPÚBLICA, PARA VOTAR PELA APROVAÇÃO DO PLC 13 DE 2013.

ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?

Em artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo (em 27/08/2012), sob o título “**Onde estão nossos engenheiros?**”, o ex-ministro e professor Dr. Bresser-Pereira (1) expôs a importância para o país dos Engenheiros.

Nota 1: **Bresser Pereira é o autor da EC 19 que criou as “CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO.”** Que nada tem a ver com o Regime Jurídico Único (= Lei 8.112/90) –





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

que também sofreu muitas alterações, inclusive algumas por iniciativa parlamentar (desde que não trate de recursos orçamentários).

“ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?”

Falta capacidade de formulação e de gestão de projetos ao governo federal. Ou, em outras palavras, porque **faltam engenheiros no Estado brasileiro.**

Há advogados e economistas de sobra, mas **faltam dramaticamente engenheiros. Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil não devem somar nem mesmo 10%.**

Observação nossa: em verdade são menos de 1% em atividade, e se observados os aposentados e os pensionistas são menos de 2% - vide números do Ministério do Planejamento e do site Transparência Brasil.

Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no governo, **é a engenharia.** Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução.

Mas isto foi esquecido no Brasil...

A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980...

Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje. Eu tinha uma intuição do problema e, por isso, planejei realizar concursos parciais para a carreira de gestores públicos que seriam destinados a engenheiros na medida em que as questões seriam de engenharia, mas acabei não levando a cabo o projeto.

Quando o governo Lula formulou o PAC, reconheceu que os setores monopolistas necessitavam de planejamento, mas não tratou de equipar o Estado para que os projetos fossem realizados. Agora o problema está claro. Fortalecer a engenharia brasileira nos três níveis do Estado é prioridade.

O Brasil e seu Estado precisam de engenheiros. De muitos. Vamos tratar de formá-los e prestigiá-los.”

Nota 2: (1) Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro da Fazenda, ministro da Administração, ministro Administração e Reforma do Estado e ministro da Ciência e Tecnologia; é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da "Revista de Economia Política" desde 2001.

“Nós não podemos entender onde estamos indo sem um entendimento de onde estivemos.” (Douglass North - economista prêmio Nobel de 1993)

PRÊMIO NOBEL DOUGLASS NORTH

Precisamos de instituições fortes, regras claras e mais duradouras. Douglass NORTH – Prêmio Nobel de Economia – fez estudos que comprovaram (e ele ganhou um Nobel por estes estudos) a importância das Instituições para o





Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

desenvolvimento econômico de longo prazo na história econômica de cada sociedade. Para North, teria sido precisamente a fragilidade de suas instituições, desde os processos de Independência, o que teria bloqueado – para países com amplos recursos naturais como o Brasil, México e Argentina – a possibilidade de que estes viessem a se tornar nações ricas como os Estados Unidos da América, nação extraordinariamente fortalecida no aspecto institucional. Vale também lembrar o diagnóstico de North para a história dos países da América Latina, que desde a época colonial teriam apresentado uma tendência da personalização das relações comerciais entre indivíduos, afastando estas sociedades da criação de mecanismos formais eficientes (isto é, do fortalecimento institucional). Em síntese interpretativa, as instituições melhoram as relações de trocas e diminuem os desperdícios (que são custos).

A eficácia organizacional deve ser focada no desenvolvimento de soluções que permitam alinhar estratégias, estruturas organizacionais e processos de trabalho. A profissionalização dos servidores da Administração Pública é um desafio histórico, inescapável, permanente e contemporâneo.

A ciência, as técnicas e as práticas de Engenharia, de Arquitetura Urbanismo e de Agronomia precisam ser consideradas relevantes quer pelos governantes quer pela iniciativa privada e também pelas elites do país que detém o poder político e econômico.

"Saber exatamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo." - Victor Hugo

Espero contar com sua sensibilidade para as soluções necessárias ao País e sua inteligência para avançar na estruturação da Administração Pública de forma eficaz para corrigir o que é necessário pelo bem do futuro da Nação.

Precisamos lutar por um país melhor para todos.

Recorremos a Vossa Excelência PARA APROVAR O PLC 13 DE 2013.

Respeitosamente,

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**
Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - **ANSEAF**



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 30 de maio de 2018.

Senhor José Roberto Senno, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal – ANSEAF,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, da CARTA Nº 021/2018/ANSEAF, de Vossa Senhoria, encaminhada pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 13 de 2013, que *“Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112305>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

